





Proteção Integral, Diversidade e Enfrentamento das Violências

Quem Somos?



Instituição Pública de controle externo que cuida para que o dinheiro público seja bem aplicado pelos gestores.



Quem são Vocês?

- Conselheiros (as) dos direitos da criança e do adolescente, garantindo a paridade
- Conselheiros/as tutelares
- Representantes de Conselhos Setoriais, a partir de sua atuação na área da criança e do adolescente
- Representantes de órgãos públicos com políticas de atendimento de crianças e adolescentes
- Representantes de instituições privadas de promoção, proteção, defesa e controle social de direitos de crianças e adolescentes
- Representantes dos Fóruns dos Direitos da Criança e do Adolescente
- Representantes de Universidades, desde que vinculados aos núcleos de extensão, estudos e pesquisas sobre os direitos de crianças e adolescentes
- Representantes do Sistema de Justiça (Juízes (as) da Infância e Juventude, Promotores (as) de Justiça da Infância e Juventude, Defensores (as) Público ou dativo da Infância que atue na Vara da Juventude da Defensoria Pública, técnicos que integram a equipe multidisciplinar do núcleo ou coordenação dos Tribunais ou órgãos do MP)
- Representantes da segurança pública (Delegacia Especializada de Atendimento a Crianças e Adolescentes, de Proteção ou Apuração de Ato Infracional; Polícia Militar e Polícia Civil); representantes do Poder Legislativo municipal, estadual e Federal
- Profissionais das políticas setoriais básicas (educação, saúde, assistência social, esporte, lazer, cultura, trabalho e emprego)

Por que estamos aqui?



Para preparar a **XI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente** que irá mobilizar o País mediante conferências livres, municipais, estaduais e distritais num amplo diálogo entre a sociedade civil e o governo sobre políticas públicas voltadas à infância e à adolescência no Brasil.



Definindo Cenários



Cenário Legal

Constituição Federal (1988) - Art. 227

Convenção Internacional dos Direitos da Criança da ONU (1989) e seus protocolos adicionais

Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal Nº 8069, de 13 de julho de 1990

Resolução no 20/2005 do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas

Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PPCAAM - Decreto Nº 6.231, de 11 de Outubro de 2007

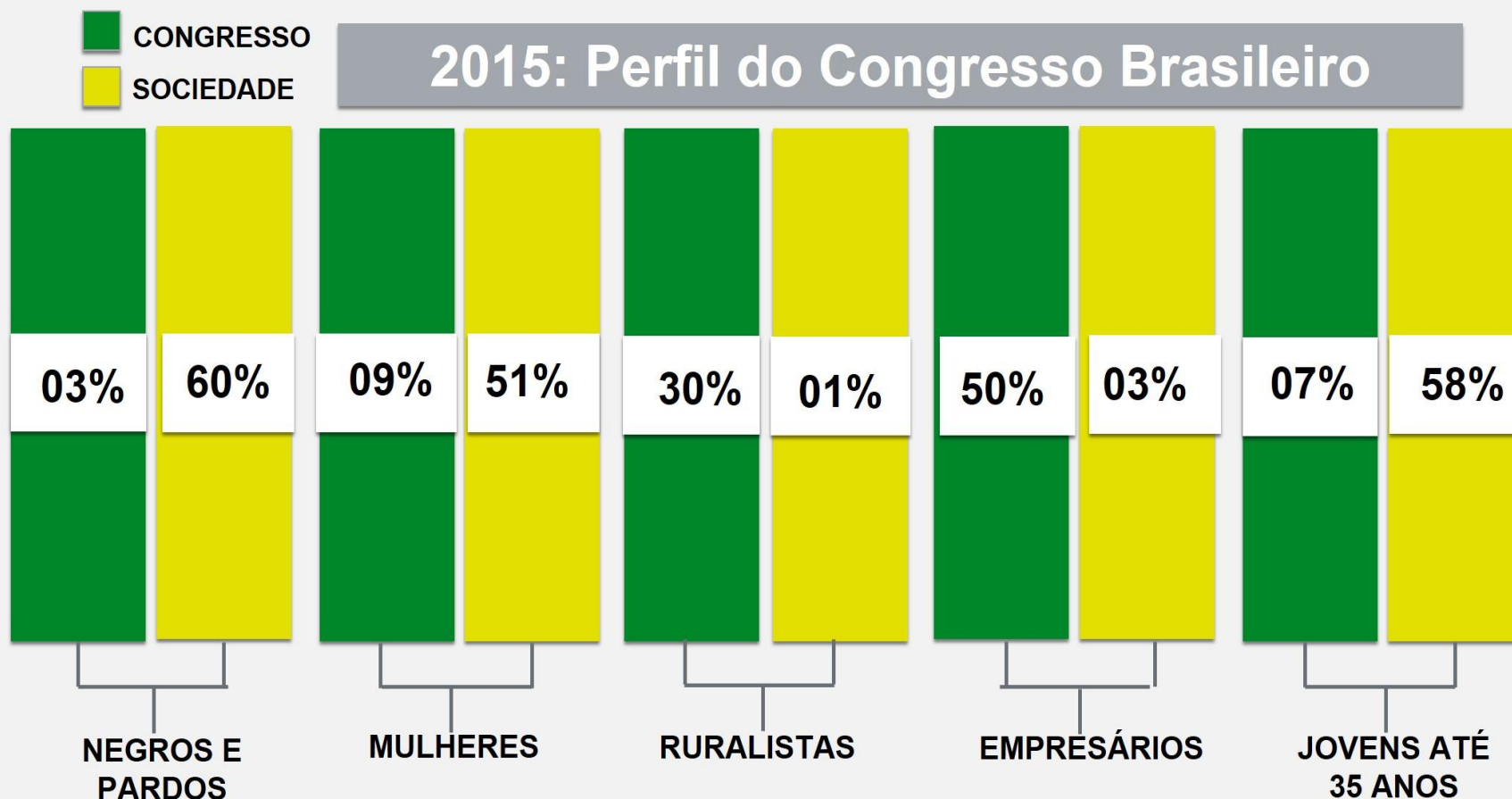
Lei do SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo) – Lei Nº 12.594, de 18 de Janeiro de 2012

Estatuto da Juventude - Lei Nº 12.852, de 5 de agosto de 2013

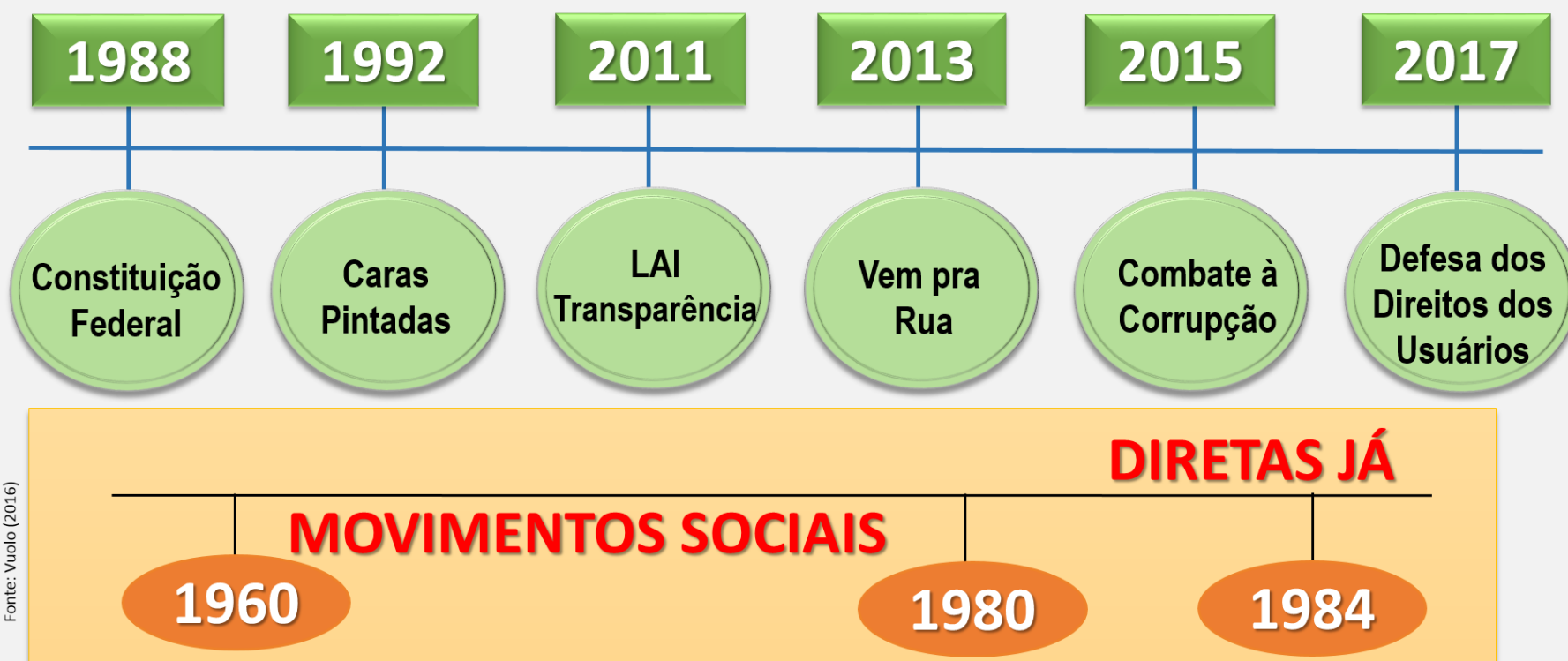
Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente Vítima ou Testemunha de Violência; Decretos de Criação - Lei Nº 13.431, de 4/04/17

Cenário Político

Composição do Congresso Nacional (2015-2018)



Cenário Social



**O que
isto está
dizendo
para nós?**



- ✓ A consciência de direitos e deveres no **Exercício da Democracia**
- ✓ **Poder e saber** escolher
- ✓ **Usufruir** plenamente **seus direitos**
- ✓ **Cumprir** devidamente **seus deveres**



Cidadão é um ser humano inserido em uma sociedade, com direitos e deveres definidos, participando ativamente de sua vida política, jurídica, econômica e, sobretudo, histórica.



**Cidadania e
Democracia,
o que eu
tenho a ver
com isto?**

**Não existe
DEMOCRACIA
sem controle**



Tipos de Controle

CONTROLE EXTERNO

Instrumento de Cidadania

TCE-MT
Assembleias e Câmaras

VOCÊ
ESTÁ
AQUI

CONTROLE INTERNO

Controle de Gestão

Controlador Interno

CONTROLE SOCIAL

Pressuposto da Democracia

Conselhos de Políticas Públicas,
Sociedade/Cidadão

Controle Social

É a capacidade que a **sociedade organizada** tem de atuar nas políticas públicas, em **conjunto com o Estado**, para estabelecer suas necessidades, interesses e **controlar a execução** dessas políticas.



Foto: domínio público/pixabay

Dimensões do Controle Social

Dimensão Política

Relacionada à mobilização da sociedade para influenciar a agenda governamental, indicar prioridades, acompanhar a execução dos serviços e das políticas públicas e participar dos processos de avaliação.

Dimensão Técnica

Diz respeito ao trabalho da sociedade para fiscalizar a gestão de recursos e apreciação dos trabalhos governamentais, inclusive sobre o grau de efetividade desse trabalho na vida dos destinatários.

Dimensão Ética

Trata da construção de novos valores e de novas referências, fundados nos ideais de solidariedade, soberania e justiça social.

Vídeo Consciência Cidadã



Como iremos trabalhar o Tema “Proteção Integral, Diversidade e Enfrentamento das Violências” ?

Através dos Eixos Temáticos propostos em nível federal, a saber:

1. Garantia dos Direitos e Políticas Públicas Integradas e de Inclusão Social
2. Prevenção e Enfrentamento da Violência Contra Crianças e Adolescentes
3. Orçamento e Financiamento das Políticas para Crianças e Adolescentes
4. Participação, Comunicação Social e Protagonismo de Crianças e Adolescentes
5. Espaços de Gestão e Controle Social das Políticas Públicas de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes.

Metodologia

Faremos uma explanação conceitual, traremos informações e alguns números, uma reflexão local e uma nacional que contribua na reflexão e construção das respostas às perguntas formuladas em cada eixo e nas propostas que deverão ser encaminhadas para a Comissão Organizadora Nacional.



Vamos então pôr as mãos na massa!

